



CNM-CUT Internacional

Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 22 08.06.2005

A luta dos Automotivos Argentinos

Os trabalhadores automotivos argentinos agrupados no Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor (SMATA) suspenderam a greve que vinham realizando desde segunda-feira na Grande Buenos Aires, e transferiram a mobilização para Córdoba, onde nesta quarta-feira os trabalhadores da Ford, da DaimlerChrysler e da Volkswagen fizeram paralisações e cortes de estradas.

Os trabalhadores cortaram a Estrada Panamericana na altura de General Pacheco, na Grande Buenos Aires. (Foto: Néstor García)



Na terça-feira os trabalhadores da Ford e da Volkswagen cortaram a Estrada Panamericana na altura da cidade de General Pacheco, na Grande Buenos Aires, entre as 7 e as 10 da manhã, o que trouxe um caos ao tráfego local.

Segundo disse ao Diário Gremial o secretário da seção cordobesa, Daniel Miranda, os trabalhadores da Volkswagen cortaram a estrada San Carlos, os da Iveco e da Ford cortaram a estrada 9 e os trabalhadores da Matriceria Austral cortaram as estradas que levam ao Aeroporto de Pajas Blancas. Foi a primeira vez que os trabalhadores automotivos aplicaram as formas de luta dos trabalhadores desempregados argentinos, os piqueteros.

Em Buenos Aires foram suspensas a mobilização na expectativa de que uma reunião nesta quarta-feira, da qual participará o ministro do Trabalho Carlos Tomada, traga uma proposta aceitável para os automotivos argentinos. Em Córdoba o sindicato chegou a um acordo com a Fiat em torno de um

aumento de 29%, o que elevaria o salário básico para cerca de 1500 pesos além de outras vantagens.

Os trabalhadores da DaimlerChrysler de Virrey de Pino cortaram a Estrada 3 (Foto: Jorge Bosch)



Os metalúrgicos argentinos estão mobilizados por um salário básico de 2000 pesos além de outras melhorias salariais que elevariam o salário básico médio para cerca de 3000 pesos, que foi o que ocorreu na General Motors.

Estão muito diferenciados os salários entre as montadoras instaladas no país.

Segundo o diretor de Relações Institucionais da DaimlerChrysler, Enrique Federico, os trabalhadores da montadora tem um salário médio de 2100 pesos e que se elevaria para 2.450 pesos se as reivindicações do Smata fossem atendidas. Segundo ele, desde 2001 até março ultimo, os trabalhadores da empresa tiveram um aumento de 78%, "contra uma inflação de cerca de 62%".

Acordo Automotivo do Mercosul

Brasil deverá renegociar acordo automotivo com Argentina, diz Anfavea

Sergio Leo De Brasília

A pretensão argentina de adiar, para 2008, o livre comércio de produtos automobilísticos com o Brasil exigirá a renegociação de um acordo automotivo entre os dois países, disse o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Rogélio Golfarb, após o encontro, ontem, com o ministro do desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan.

Golfarb foi levar ao ministro o alerta da Anfavea sobre o desempenho positivo da produção e das vendas do setor. "Os números de crescimento não necessariamente refletem uma visão correta do que está acontecendo no setor", avisou Golfarb, que se queixou da compressão nas margens de lucro das montadoras e da redução de investimentos provocada pelos altos juros e baixa cotação do dólar.

Qualquer mudança na data (para o livre comércio com a Argentina) exige reescrever o acordo", disse Golfarb. Furlan relatou ao empresário conversas que manteve com as autoridades argentinas, de quem cobrou medidas para tornar competitiva a indústria local, que se queixa de "assimetrias" na competição com o Brasil.

O governo, segundo apurou o Valor, considera inevitável o adiamento da data em que entraria em vigor o livre comércio, 31 de dezembro de 2005; mas não pretende atender ao apelo argentino, divulgado informalmente pela imprensa de Buenos Aires, de simplesmente adiar para 2008 o fim do atual comércio compensado entre os dois países. Hoje, o Brasil só pode vender à Argentina uma quantidade de veículos proporcional à compra daquele país, regra que seria extinta neste ano.

As dificuldades da indústria argentina, que não consegue exportar seus modelos mais caros e vê uma invasão de veículos mais baratos, fazem com que o governo brasileiro avalie ser praticamente impossível os argentinos aceitarem o livre comércio. O temor das autoridades é que, após o fim do atual acordo, os argentinos tentem impor limites arbitrários às exportações àquele país, o que criaria nova crise no Mercosul. A diplomacia deve aproveitar este semestre para renegociar os termos do adiamento, mas o tema ainda não entrou oficialmente na pauta de discussão entre os dois países.

Os argentinos se queixam de que o Brasil tem vantagens competitivas, como os carros bicompostível e os populares, de mil cilindradas. Os brasileiros contra-argumentam que nenhuma dessas medidas de apoio foi tomada sem aviso prévio, com bastante antecedência, aos sócios no Mercosul.

Golfarb informou que não chegou a discutir o assunto com Furlan, com quem se concentrou em explicar os riscos escondidos por trás dos dados positivos divulgados na terça-feira pela Anfavea. A queda de 30% nas vendas do setor de máquinas agrícolas, por exemplo, é um "problema relevante para a indústria", queixa-se o executivo. Ele repetiu, para Furlan os argumentos levantados pela Anfavea na véspera, de que a compressão das margens de lucro das indústrias levou os investimentos no setor a níveis muito baixos historicamente. Os investimentos foram de US\$ 2,2 bilhões, em 1994, quando 210 modelos eram fabricados no Brasil; esse valor caiu para quase US\$ 1,4 bilhão, em 2004, com 550 modelos em linha, repetiu Golfarb. "Não só investimos menos em termos absolutos como o valor médio caiu, por modelo", comentou. "É muito abaixo das necessidades da indústria automobilística para se manter competitiva e continuar exportando", diz. A Anfavea apresentou ao governo um estudo com fatores que ameaçam a competitividade da indústria. (*Valor Econômico, 08.06.2005*)

Ford ameaça importar aço dos EUA

Preço do produto é entrave às exportações brasileiras, alerta presidente da montadora na América do Sul

Diante da forte elevação dos preços do aço, o presidente da Ford do Brasil e da América do Sul, Antônio Maciel Neto, ameaçou ontem importar bobinas de aço dos Estados Unidos no segundo semestre deste ano. Para ele, o preço do aço, e não o dólar baixo, é o maior obstáculo para as exportações brasileiras.

– Tivemos uma grande elevação dos custos. Os derivados de petróleo dispararam, mas isso é um efeito mundial. Todos enfrentam. O problema do aço é que só o Brasil sofre – disse o executivo, durante o lançamento da versão bicompostível do modelo Ford EcoSport.

A razão está no fato de as montadoras instaladas no país, segundo ele, fecharem as compras do produto com as siderúrgicas a preços do dia. Normalmente, as montadoras ao redor do mundo fecham contratos longos com seus fornecedores com preços fixados.

– Isso faz com que paguem 30% menos pelo aço.

Maciel explica que a compra das bobinas dos Estados Unidos será possível em razão do desaquecimento do mercado americano. Além disso, no começo do ano, o governo brasileiro reduziu as tarifas de importação de produtos siderúrgicos como forma de evitar novos aumentos do produto. Para o presidente da Ford, a combinação de alta do aço, queda do dólar e disparada dos preços dos derivados de petróleo reduzirá em breve a participação das exportações no total de carros vendidos pela empresa.

– As nossas exportações estão sendo puxadas apenas pelas vendas de modelos que só nós produzimos, como o EcoSport. Maciel, no entanto, não revê as previsões da empresa e da Anfavea para a elevação das vendas externas deste ano. A elevação dos custos de produção poderá ser notada nos preços internos. Maciel não descartou elevar novamente os preços dos carros.

– Vamos observar as condições econômicas para saber se há condições de novos repasses – afirmou o executivo da montadora americana, que enfrenta graves dificuldades financeiras.

Outra gigante automobilística com problemas, a General Motors anunciou ontem um programa de demissões que deverá atingir cerca de 25 mil trabalhadores em todo o mundo. Os maiores atingidos pelos cortes deverão ser os funcionários americanos. (Com agências) (*Jornal do Brasil, 08.06.2005*)

GM cortará 25 mil empregos nos EUA até 2008

A General Motors (GM) fechará 25 mil postos de trabalho nos Estados Unidos até 2008. Os cortes fazem parte de um plano para reduzir custos e recuperar fatia de mercado anunciado ontem durante encontro anual da companhia. Segundo o presidente do grupo, Rick Wagoner, a medida resultará em economia de US\$ 2,5 bilhões por ano.

A montadora, que emprega 180 mil pessoas na América do Norte, atravessa uma de suas piores crises, com perdas contínuas de participação de mercado, redução nas vendas dos modelos 4 x 4 e piora de sua nota de risco. Só no primeiro trimestre deste ano, a divisão da América do Norte da GM registrou prejuízo de US\$ 1,1 bilhão - o pior resultado em 13 anos.

- Com pouca margem para mudar nossos preços, sabemos que não podemos recuperar os níveis de rentabilidade anteriores sem ter uma estrutura de custos competitiva e sem estar entre os melhores no quesito qualidade - disse Wagoner.

Entenda a crise da General Motors

A General Motors, a maior montadora do mundo, registrou no primeiro trimestre do ano um prejuízo de US\$ 1,1 bilhão. Foi o pior resultado em 13 anos.

A montadora atribuiu o mau desempenho à elevação das despesas com seguro saúde dos funcionários e à queda de 4% em suas vendas nos Estados Unidos.

A fatia de mercado da GM na região caiu de 26,3% para 25,2% em 12 meses. Enquanto isso, tradicionais rivais asiáticas, como a Toyota, a Nissan e a Hyundai ganharam mercado na América do Norte.

Com tantos problemas, o mercado também começou a mostrar preocupação com a situação financeira da GM. Duas agências de classificação de risco já rebaixaram o "rating" da GM neste ano. (*Folha Online, 08.06.2005*)

Marinho quer central única internacional

Uma nova central sindical internacional será oficialmente fundada em 2006, segundo o presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, que discutiu o assunto na França com líderes sindicais do país na semana passada.

A idéia, segundo Marinho, é criar uma nova central com base na CIOSL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres) - a qual a CUT é filiada - e na CMT (Confederação Mundial dos Trabalhadores), que serão extintas.

"Também teremos a adesão de uma série de centrais sindicais que não são vinculadas a nenhum central em nível mundial espalhadas pelo mundo, como no México, Argentina, Peru, Portugal, e em diversos países que possuem centrais nessa situação."

O dirigente sindical discutiu o assunto com sindicalistas da CFDT (Confédération Française Démocratique du Travail) e da CGT (Confédération Générale du Travail), e afirmou que o congresso de fundação da nova central pode acontecer no Brasil.

Marinho também apresentou ao Clube de Paris, que agrupa os principais governos credores de países em desenvolvimento, a proposta de conversão da dívida externa brasileira em investimentos em educação.

A proposta, nascida na CNTE (Confederação Brasileira dos Trabalhadores em Educação), da CUT, teria sido bem recebida pelo secretário-geral do Clube de Paris, Emmanuel Moulin, segundo o dirigente sindical. "Ele se comprometeu a colocar o assunto em discussão na próxima reunião", afirmou Marinho. (Frederico Rebello Nehme) (*Diário do Grande ABC, 04.06.2005*)

Berzoini critica dogmatismo da equipe econômica

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, somou-se ao vice-presidente, José Alencar, e ao líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), na nova onda de ataques à política econômica, provocada pelo crescimento econômico de apenas 0,3% no primeiro trimestre deste ano. De acordo com Berzoini, já está na hora de breçar a política monetária para que ela não prejudique o cenário econômico, que ainda não é o de estagnação. "O ideal é começar a estancar a política monetária", disse o ministro, que classificou a equipe econômica como "muito dogmática".

Ele somou-se ao senador Mercadante na ala dos que defendem uma meta de inflação mais elevada. "O ideal é termos uma meta de inflação mais alta", afirmou. Ontem, quando o dado do Produto Interno Bruto (PIB) foi divulgado, Mercadante ocupou a tribuna do Senado para dizer que a queda no crescimento havia sido provocada pela política de juros altos do governo, fruto de "uma meta inflacionária irrealista".

Berzoini acha que o governo deve ficar atento. "Por enquanto, a realidade desmente qualquer expectativa pessimista", ponderou. Ele lembrou que, apesar das últimas informações que anunciam uma desaceleração da atividade, muitos setores mostram dinamismo. Como exemplo, ele citou as exportações, que vêm apresentando resultados positivos e crescentes, apesar da taxa de câmbio. Berzoini disse também que várias empresas privadas continuam investindo, bem como o governo, e que esses investimentos - especialmente na área de infra-estrutura e construção civil - darão frutos no segundo semestre.

"Não vejo um cenário assim tão negativo", afirmou. Citando dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que apontam crescimento de 2,2% no nível de atividade do setor em relação ao ano passado, Berzoini disse que os sinais da economia brasileira são contraditórios. "Há setores que vão bem e outros que já estão sofrendo", observou.

O ministro também comentou a análise dos dados do mercado de trabalho divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no Radar Social, que apontou queda de 10% no nível de emprego ao longo dos últimos dez anos. O ministro disse que a década passada foi marcada pela perda anual constante e crescente do emprego e que, mesmo em 2003, os postos de trabalho gerados foram insuficientes para acompanhar o crescimento da população.

"Só conseguimos reverter a curva do crescimento do desemprego no ano passado", disse. De acordo com Berzoini o desafio do governo é manter essa tendência. Para isso é necessário que o emprego formal gere, no mínimo, cerca de 1,2 milhão de postos com carteira assinada por ano. (*Tribuna da Imprensa, 02.06.2005*)

Dólar : Fundo do poço?

Após duas altas consecutivas — em que chegou a subir mais de 3% — o dólar ontem retomou a tendência de queda verificada desde o início do ano. A moeda encerrou os negócios cotada a R\$ 2,415, em baixa de 1,18%. Analistas acreditam que, apesar do receio de que o Banco Central (BC) retome os leilões de compra de moeda, o dólar deve continuar a cair a curto prazo, a menos que a autoridade monetária entre com carga total no mercado. Para alguns, a cotação poderia chegar a R\$ 2,20. No cabo-

Saiba mais sobre o mercado de câmbio

O CAMINHO DO DINHEIRO

1 Estrangeiros (fundos de investimento americanos e europeus, tesourarias de bancos e investidores vindos de paraísos fiscais), exportadores e bancos brasileiros vendem dólares no mercado futuro e à vista e usam reais para aplicar recursos em ativos brasileiros, principalmente em títulos públicos que pagam juros altos. O maior fluxo de dólares faz a cotação da moeda cair em relação ao real



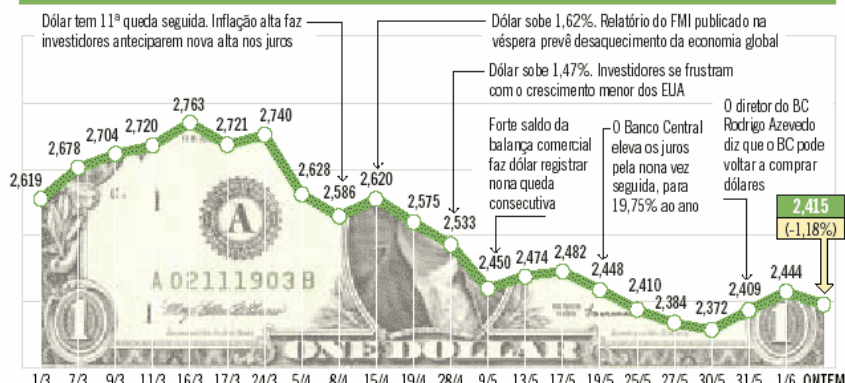
2 O Tesouro Nacional vende títulos atrelados a taxa Selic (19,75% ao ano)

3 Os investidores também podem aplicar em contratos futuros de taxas de juros

4 Outra opção para o investidor é aproveitar os preços baixos das ações brasileiras para entrar na bolsa de valores. No início do ano, a forte entrada de estrangeiros levou a Bolsa (hoje em 26.639 pontos) a atingir os 29.455 pontos (março). Ontem, a Bovespa subiu 2,66%

Fontes: Banco Central, bancos e mercado

A TRAJETÓRIA DO DÓLAR (em R\$)



Dólares vendidos por estrangeiros no mercado futuro (BM&F)

| | (Em US\$ bilhões) |
|-----------|-------------------|
| Dezembro | 2,350 |
| Janeiro | 4,646 |
| Fevereiro | 5,646 |
| Março | 4,961 |
| Abril | 6,595 |
| Mai | 7,7 |

Posição vendida dos bancos

| | (Em US\$ bilhões) |
|-----------|-------------------|
| Novembro | 0,948 |
| Dezembro | 1,368 |
| Janeiro | 2,718 |
| Fevereiro | 3,414 |
| Março | 3,076 |
| Abril | 2,577 |
| Mai | 3,311 |

Média diária de entrada de capital financeiro estrangeiro*

| | (Em US\$ bilhões) |
|-----------|-------------------|
| Janeiro | 311 |
| Fevereiro | 483 |
| Março | 455 |
| Abril | 420 |
| Mai | 328 |

*Recursos destinados a transações financeiras, como aplicações, aquisições de empresas ou entrada de dinheiro captado no exterior

de-guerra do mercado de câmbio, o BC estaria sozinho de um lado, atuando na compra de dólares. Do outro, um time que tem mostrado vigor nos últimos meses: forte saldo comercial, entrada em peso de estrangeiros e taxas de juros reais estratosféricas, atraindo capitais especulativos. Foram estes fatores que fizeram o dólar recuar 9% em 2005, levando a cotação de volta ao período anterior à crise das eleições presidenciais de 2002.

O fluxo de dólares vendidos por estrangeiros no mercado futuro dá uma idéia do poder de fogo deste investidor — em grande parte, fundos de investimento americanos e europeus e tesourarias de bancos. Foram US\$ 7,7 bilhões em maio, mais de três vezes o volume de dezembro (US\$ 2,35 bilhões).

— Enquanto os juros internacionais estiverem em patamares baixos, o estrangeiro vai continuar buscando as altas rentabilidades dos países emergentes, mais especificamente do Brasil, onde ele tem um ganho real de 13% ao ano, a maior taxa do mundo. Mas o estrangeiro não é o único responsável pela queda do dólar. Um vigoroso saldo de exportações e as apostas das tesourarias dos bancos no Brasil também entram na conta — avalia Emy Shayo, economista do banco americano Bear Stearns.

Empréstimo lá fora e ganho com juro aqui

O dinheiro que entra pelo mercado de câmbio encontra destino na Bolsa — em operações de prazo mais curto, aproveitando o baixo patamar de preços dos ativos — e, principalmente, no mercado de juros, por meio da aplicação em taxas futuras ou em títulos do Tesouro Nacional que rendem juros.

— Dinheiro não tem pátria, vai atrás de onde estão os maiores ganhos com a melhor relação risco-retorno. E foi justamente esse fluxo de estrangeiros fez com que a média de negócios no mercado de câmbio saltasse dos US\$ 700 milhões do ano passado para cerca de US\$ 1,6 bilhão este ano — diz o diretor de câmbio de um grande banco brasileiro.

Apesar da expectativa de desaceleração da economia em 2005, as exportações bateram recorde em maio: US\$ 9,819 bilhões. Bancos já começam a revisar para cima suas projeções para a balança comercial em 2005, de cerca de US\$ 25 bilhões para entre US\$ 30 bilhões e US\$ 35 bilhões.

— O dinheiro dos exportadores é parte importante do jogo. Alguns exportadores têm preferido vender os dólares recebidos a arriscar esperar por uma nova queda do dólar — diz Alexandre Vasarhelyi, chefe da mesa de câmbio do banco ING.

Mas os bancos também entram na ciranda cambial. A chamada posição vendida das instituições — compromisso de venda de dólares — estava em US\$ 3,311 bilhões, o segundo maior nível desde o fim de 2004.

— Bancos e empresas ainda pegam dinheiro emprestado no exterior a taxas baixas e reaplicam os recursos aqui, a juros de 19,75% ao ano — lembra Aduato Lima, economista sênior do banco West LB.

A ausência do BC nos leilões de compra de moeda reforçam as crenças dos que vislumbram um dólar ainda mais fraco.

— Balança, estrangeiros e juros são importantíssimos, mas sem o BC para calibrar esse mercado, acredito que salvo alguns dias de alta, a tendência do dólar deve ser mesmo de baixa — diz Andressa Tezine, economista do Banco Real, que deve revisar para baixo as projeções de um dólar a R\$ 2,70 no fim do ano.

Ontem, os fundamentos prevaleceram e o dólar voltou a cair. Sem as anunciadas compras do BC, o dólar fechou em queda de 1,18%, cotado a R\$ 2,415 para venda. A valorização do euro frente à moeda americana — de 0,92%, para US\$ 1,2273, depois de dois dias em queda — influenciou a cotação do dólar nos demais países.

A forte entrada de investidores estrangeiros fez a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subir pelo segundo pregão consecutivo, com ganhos de 2,66% e volume de negócios de R\$ 2,107 bilhões, o maior desde março. A aposta no fim do aumento de juros promovido pelo BC nos últimos meses foi o combustível das compras de ações pelo segundo pregão seguido. O risco-país recuou 2,35%, para 414 pontos centesimais. (Colaborou Paula Dias, do Globo Online, Patricia Eloy) (O Globo, 03.06.2005)

Balança já sente a alta do real

Embora continue batendo recordes em exportações — foram US\$ 9,8 bilhões em maio — a balança comercial brasileira já reflete os efeitos da valorização do real frente ao dólar, na visão de alguns analistas. As vendas externas estariam se estabilizando e as importações devem se manter em alta, incentivadas pelo câmbio. O aumento superior a 30% das importações de matérias-primas, verificado em maio, seria um sinal de que a indústria está substituindo produtos nacionais por importados, o que acabará afetando a balança comercial, na avaliação da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

— O impacto mais significativo do câmbio na balança deverá ocorrer no segundo semestre, mas em alguns itens o câmbio valorizado é evidente — afirma o vice-presidente da AEB, José Augusto de Castro.

Castro destaca que, atualmente, pode-se fazer um fechamento de câmbio com um ano de antecedência e o momento é muito favorável para importar.

— Já detectamos alguma mudança de patamar na média diária das importações. Era de US\$ 260 milhões e, desde a última semana de abril, a média passou para US\$ 290 milhões — diz Castro.

Associação: 'É difícil retomar negócios em caso de abandono'

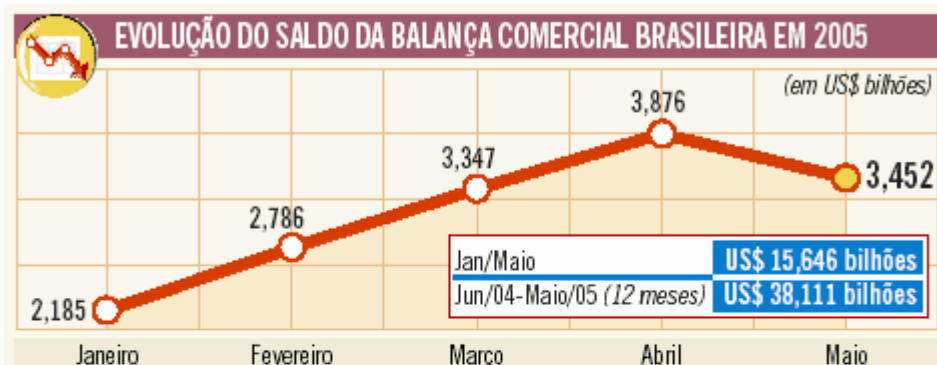
Esta é a mesma opinião de Benedito Pires de Almeida, diretor da Associação Brasileira de Comércio Exterior (Abracex). Ele lembra que, com a queda do dólar, cai o custo da importação, o que se reflete na produção. Por outro lado, destaca que o aumento de 33% das compras externas de bens de capital tem como ponto positivo o fato de que fica mais barato investir.

O secretário de Comércio Exterior, Ivan Ramalho, até admite que está havendo alguma substituição nas importações. Mas, a seu ver, não há nada com peso significativo. — Por enquanto, consideramos que o aumento por causa da substituição é irrisório — diz Ramalho.

Quanto às exportações, os números continuam bem por diversas razões: a boa fase dos preços internacionais de commodities, a conquista de novos mercados, a diversificação da pauta e, principalmente, o compromisso dos exportadores com seus clientes.

— Mesmo perdendo dinheiro, as empresas não podem deixar de vender. É muito difícil retomar os negócios, em caso de um abandono — enfatiza o diretor da Abracex. Eliane Oliveira e Regina Alvarez

O comércio exterior



DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES

| PRODUTOS | US\$ | MAIO DE 2005* |
|---------------------|-------------|---------------|
| Minério de ferro | 617 milhões | 104,4% |
| Soja em grão | 528 milhões | -28,6% |
| Automóveis | 424 milhões | 63,5% |
| Petróleo em bruto | 312 milhões | 34,6% |
| Carne de frango | 267 milhões | 20,5% |
| Farelo de soja | 264 milhões | -17,2% |
| Carne bovina | 243 milhões | 48,2% |
| Açúcar em bruto | 232 milhões | 253,3% |
| Laminados planos | 222 milhões | 14,8% |
| Telefones celulares | 219 milhões | 101,2% |
| Aviões | 216 milhões | -41,6% |

DESEMPENHO DAS IMPORTAÇÕES

| PRODUTOS | US\$ | MAIO DE 2005* |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Matérias-primas e intermediários | 3,147 bilhões | 30,1% |
| Bens de capital | 1,3 bilhão | 33,1% |
| Combustíveis e lubrificantes | 1,269 bilhão | 45,2% |
| Bens de consumo | 651 milhões | 16,5% |
| Não-duráveis | 351 milhões | 17,4% |
| Duráveis | 300 milhões | 15,4% |

FONTE: Secretaria de Comércio Exterior (Secex)

*Em relação ao mesmo mês de 2004

disponíveis, como Estados Unidos, da zona do Euro, Reino Unido, Japão e os emergentes México, Chile e Grécia. Para Agostini, o baixo crescimento relativo é um fator que prejudica as decisões de investimento e a atração de novos empreendimentos.

O economista ressalta que mesmo países europeus, que vêm enfrentando forte valorização da moeda e problemas internos, cresceram mais do que o Brasil, casos da Alemanha (1,0%) e Espanha (0,2%). "A situação é crítica, porque os produtos destes países perderam competitividade por causa do euro caro. Além disso, há os problemas de mercado de trabalho. Os problemas na produção afetam o emprego, a renda", comenta o consultor.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a variação do Brasil (2,9%) ficou abaixo de outras economias, caso da chinesa (9,4%), chilena (5,7%) e americana (3,5%). Nos últimos dois anos, o crescimento da economia brasileira havia ficado abaixo da evolução no continente, com base nos dados da Cepal. O Brasil cresceu 0,5% e 4,9%, respectivamente em 2003 e 2004; a região avançou 1,9% e 5,5%. Para 2005, a Cepal estimava crescimento de 4% para o Brasil.

O diretor da Cepal para o Brasil, Renato Baumann, informou que as últimas previsões foram elaboradas em novembro do ano passado e divulgadas em dezembro. Entre julho e agosto, sairão os novos números de projeções da comissão. Baumann não antecipou quais serão os resultados, mas reconheceu que "provavelmente" a estimativa brasileira deverá ser revista para baixo. A GRC já recalibrou sua estimativa de 3,5% para 3,1%. Nilson Brandão Junior (*O Estado de S.Paulo*, 03.06.2005)

Brasil tem apenas metade do crescimento de alguns emergentes

A velocidade do crescimento da economia brasileira neste início do ano não passou da metade do ritmo de outros países. Enquanto o Brasil cresceu 0,3% no primeiro trimestre, ante o último trimestre do ano passado, um grupo de 13 países selecionados em levantamento da GRCVisão avançou 0,7%. O baixo crescimento poderá levar a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) a rever suas projeções para 2005 para o País e a região.

"Os juros altos, em grande parte, são os responsáveis por este crescimento pífilo do PIB (Produto Interno Bruto)", disse o consultor Alex Agostini, da GRC. O levantamento inclui países com informações

Uso de lei dos EUA favorece negociação coletiva

por João José Sady

Chega a ser paradoxal que se possa cogitar de que uma lei promulgada nos EUA venha a ter efeitos em território brasileiro mas, a pura verdade é que, de forma transversal, isto vem a acontecer de modo bastante interessante. Esta lei, de autoria do senador Paul S. Sarbanes e do deputado Michael Oxley, surgiu como reação às pressões da opinião pública americana advindas dos escândalos de fraude corporativa como o tão famoso caso da Enron.

Promulgada em 2002, ela tem como objetivo garantir maior segurança aos investidores, formulando diversas exigências, especialmente, de transparência para que as companhias abertas norte-americanas e estrangeiras possam colocar seus títulos nas bolsas dos EUA. Atualmente, trinta e sete sociedades anônimas brasileiras estão listadas na Bolsa de New York (1), estando sujeitas, portanto, à legislação norte-americana.

A “Basic Sanitation Company of the State of São Paulo — Sabesp” é uma das companhias inscritas naquele mercado. Para estar ali presente, tem que atender, não só às demandas da legislação brasileira, como aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley e, para tanto, envia seus relatórios periódicos, tanto para a CVM — Comissão de Valores Mobiliários brasileira como para a SEC — Securities and Exchange Commissions norte-americana.

As pressões da globalização internacionalizaram a preocupação com os direitos dos acionistas, embutindo na lei mencionada diversos graus de exigência neste sentido. Como consequência, no mercado brasileiro, foi gerado um nicho denominado de governança corporativa, no qual as sociedades anônimas de capital aberto têm que atender a exigências além daquelas fixadas na legislação nacional, ou seja, àquelas da legislação ianque.

Este nicho funciona em três segmentos de gradativa adequação àquelas exigências: níveis 1 e 2 e nível de novo mercado. Temos 33 no nível 1, sete no nível 2 e sete no nível de novo mercado, entre estas, por exemplo, a “Basic Sanitation” e a CPFL (2). O “Novo Mercado” tem como características diferenciais principais, que não se pode manter ações preferenciais (ou seja, sem direito a voto) e deve-se manter 25% do capital circulando no mercado (“free float”).

A CPFL, por exemplo, ainda está em fase de adequação porque não providenciou o tal nível de “free float”. Veja-se que a Petrobrás, por outro lado, está na Bolsa de New York mas não é de “novo mercado” porque mantém, ainda, ações votantes e não-votantes.

A caminhada para a “governança corporativa” coloca a empresa a um passo do sistema do “novo mercado” e neste o controle da companhia passa a ter que ser exercido a partir de porcentagens do total do capital porque todo o capital é votante. Veja-se que a Sabesp anunciava à Securities and Exchange Commission, em dezembro de 2003 (3), que o governo do Estado de São Paulo possuía 71,5% das ações e, atualmente, como consta do seu site, o controlador detém, apenas, 50,3% das ações. Assim, qualquer operação de venda de mais ações poderá repassar este controle para mãos não-estatais e, talvez, estrangeiras (4).

O paradoxo nestas novidades “bursáteis” é que a adequação às exigências da lei norte-americana faz com que estas companhias de capital aberto, tragam ao conhecimento público, dados a respeito de suas operações que, além de ser do interesse dos investidores, são de extrema valia nas negociações coletivas. No anteprojeto de reforma sindical elaborado pelo chamado Fórum Nacional do Trabalho, foi incorporada uma das mais antigas e importantes pretensões do sindicalismo: o direito à informação sobre o desempenho da empresa, como fator essencial à negociação coletiva em termos justos.

A adaptação à lei Sarbanes-Oxley, com este desfile de “governança corporativa”, vai desvelando parte deste véu que encobre as operações patronais e que o sindicalismo quer desvendar.

Estas são as metalúrgicas cotadas na Bolsa de Nova Iorque

Existem pouco mais de duas dezenas de empresas brasileiras com ações na Bolsa navaiorquina e, portanto, submetidas às leis daquele país.

Dessas empresas, poucas são empresas metalúrgicas. Um levantamento na página da Bolsa de Nova Iorque mostrou as seguintes empresas metalúrgicas com ações vendidas naquele pregão:

Companhia Siderúrgica Nacional (SID)
Embraer-Empresa Brasileira de Aeronáutica (ERJ)
Gerdau S.A. (GGB)

Veja-se, por exemplo, no caso do “Novo Mercado”, que o site da CPFL traz a informação de que os gastos com pessoal aumentaram somente 1,3%, comparando o primeiro trimestre de 2004 com o de 2005 (5). No site da Sabesp, a mesma comparação revela que a empresa gastou no primeiro trimestre de 2005 0,3% a mais com pessoal do que no primeiro trimestre de 2004 (6).

A empresa, dentro destes doze meses, reajustou os salários em 4,72% pelo acordo coletivo de 2004 e passou a cortar pessoal até que, mesmo com tais reajustes, um ano depois, sua massa salarial era somente 0,3% maior do que no ano anterior. Maiores análises dos dados existentes no site (7) mostraram que a empresa, em 1994, gastava 49,02% de sua arrecadação com a folha de salários e, dez anos depois, somente, 23,9%.

Não é novidade que este fenômeno de transferência de renda do capital para o trabalho esteja acontecendo no Brasil. Esta corrida para a produtividade, tem como paradigma o setor automobilístico que produzia 8,72 carros por empregado em 1980, com 133,64 mil empregados e, hoje, produz 26,36 carros por empregado, alocando somente 83,85 mil pessoas (8). O fato é que produzindo seis vezes mais, o setor tornou desnecessários cinco em cada seis empregados.

A História que falta ser contada neste país é o que aconteceu com os outros cinco trabalhadores quando se venceu esta batalha pela "produtividade". Com efeito, a transferência de renda é um fato sabido mas, dispor da informação concreta sobre a empresa envolvida num conflito coletivo de trabalho, demonstrando cabalmente este fenômeno, é um fator importantíssimo para o processo de negociação coletiva.

Vai se evidenciando o quanto a política empresarial de destruição sistemática de postos de trabalho corrói de forma invisível o processo negocial. Ilumina-se o fato de que o tabuleiro em que se trava a batalha da transferência de renda não é mais a negociação coletiva. Nesta, ocorre dramático confronto em torno de um ganho imediato que irá se liquefazendo de forma discreta no cotidiano dos meses seguintes através da progressiva redução das quantidades de mão de obra. Não é por nada que nos últimos dez anos, o percentual de desemprego no Brasil cresceu 56,2% (9) e 53,9 milhões de brasileiros tem de viver com renda menor que meio salário-mínimo mensal.

Este efeito colateral da internacionalização da legislação norte-americana, vem apresentando vantagens conjunturais na negociação coletiva que podem ser aproveitadas pelos sindicatos. Enquanto o governo federal acena com o anteprojeto de reforma sindical que contem (mais uma vez) a pretensão do direito à informação mas não apresenta a proposta ao Congresso, o jeito é ir utilizando para o bem comum estas fissuras que revelam a razão perversa por detrás das luvas de pelica da negociação patronal.

Notas

1. A respeito destas empresas, veja-se o site daquela Bolsa em <http://www.nyse.com/about/listed/sbs.html>
2. Para uma descrição extensiva do sistema, veja-se a revista "Desafios" do IPEA, ano 2, n. 7, págs. 54/58
3. http://www.sabesp.com.br/relacao_investidores/demonstracoes_financeiras/SEC_2002/Annual_Report_20F_02.pdf
4. A respeito, veja-se reportagem da revista Carta Capital, ano XI, n. 318, 24 nov. 2004, págs. 24/28 onde se menciona que a companhia Vale do Rio Doce, andou beirando este destino, escapando do "novo mercado" e do controle estrangeiro por causa de uma subscrição de ações pelo BNDES que causou, paradoxalmente, a demissão do então presidente daquele banco.
5. http://ri.cpfl.com.br/index_port.htm
6. http://www.sabesp.com.br/financas/cvm/1trim2005/comentario_desempenho.pdf
7. apresentadas pela assessoria técnica do T
8. Folha de São Paulo, 14 de maio de 2005
9. <http://www.estadao.com.br/nacional/noticias/2005/mai/31/227.htm>

Sobre o autor

João José Sady: é advogado, mestre e doutor em Direito do Trabalho pela PUC/SP e professor na Universidade de São Francisco, em São Paulo. (*Revista Consultor Jurídico, 07.06.2005*)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>